

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO

CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

Prefácio por
GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainã Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Salvador Netto, Alamiro Velludo
Curso de execução penal / Alamiro Velludo Salvador Netto. -- 1. ed.
-- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-810-3

1. Execução penal – Leis e legislação – Brasil 2. Penas – Leis e legislação – Brasil I. Título.

19-29209

CDU-343.8(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Execução penal : Direito penitenciário 343.8(81)(094)
Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO.....	13
ABREVIATURAS E SIGLAS	15
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	23
1.1. O estudo da execução penal: punição e garantias.....	23
1.2. Contradição entre norma e realidade na execução penal.....	25
1.3. Desafios político criminais da execução penal.....	27
1.3.1. A finalidade da execução penal.....	27
1.3.2. A pluralidade de poderes e órgãos na Execução Penal.....	28
1.3.3. A invisibilidade da execução penal.....	30
2. OS DISCURSOS DA PENA: EXECUÇÃO E DIREITO PENAL.....	33
2.1. Considerações gerais.....	33
2.2. A retribuição ou teoria absoluta da pena.....	34
2.3. A prevenção ou teorias relativas da pena.....	39
2.3.1. A prevenção geral negativa.....	40
2.3.2. A prevenção geral positiva.....	43
2.3.3. A prevenção especial negativa.....	45
2.3.4. A prevenção especial positiva.....	47
2.4. Finalidades da pena e da execução penal no Direito Positivo.....	49
3. HISTÓRIA DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS.....	53
3.1. Considerações gerais.....	53
3.2. O cárcere e a prisão.....	54
3.3. Sistemas penitenciários.....	56
3.4. A autêntica experiência prisional norte-americana.....	58
3.4.1. Sistema filadélfico ou pensilvânico.....	59

3.4.2.	Sistema auburniano	62
3.4.3.	O legado dos sistemas norte-americanos	63
3.5.	Os sistemas progressivos.....	66
3.5.1.	O sistema de Montesinos	68
3.5.2.	Os sistemas progressivos inglês e irlandês	69
3.6.	A trajetória da execução penal no Brasil	70
3.6.1.	A experiência prisional no Império	70
3.6.2.	A República e o sistema progressivo	74
3.6.3.	A Reforma Penal de 1984.....	77
3.6.4.	Tendências legislativas após 1984.....	79
4.	DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS	83
4.1.	O direito da execução penal.....	83
4.1.1.	Definições e natureza jurídica.....	85
4.1.1.1.	Direito da Execução Penal e Direito Penitenciário	88
4.1.1.2.	Direito da Execução Penal, Direito Penal e Direito Processual Penal.....	90
4.1.1.3.	Direito da Execução Penal e Criminologia.....	92
4.1.2.	Condição jurídica do condenado e internado.....	93
4.1.3.	Jurisdição e competência	95
4.1.4.	Execução provisória.....	98
4.1.4.1.	Execução antecipada da pena.....	101
4.2.	Princípios gerais da execução penal.....	102
4.2.1.	Princípio da legalidade	103
4.2.2.	Princípio da humanidade das penas	106
4.2.3.	Princípio da pessoalidade das penas	108
4.2.4.	Princípio da individualização da pena	110
4.2.5.	Princípio da jurisdicionalidade.....	111
4.2.5.1.	Princípio do devido processo legal.....	113
4.2.5.2.	Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	114
4.2.5.3.	Princípio da publicidade	116
5.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONDENADOS.....	117
5.1.	Considerações gerais.....	117
5.2.	Dos órgãos e exames na lei de execução penal.....	119
5.2.1.	Comissão Técnica de Classificação	120
5.2.2.	Centro de Observação.....	121
5.2.3.	Exame criminológico.....	122
5.2.4.	Exame de personalidade.....	123
5.3.	Dos critérios e finalidades do exame de classificação.....	124
5.4.	Realização e procedimento do exame de classificação	127
5.5.	Perfil genético e armazenamento em banco de dados.....	128

6.	DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	133
6.1.	Considerações Gerais.....	133
6.2.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	134
6.3.	Juízo da Execução.....	136
6.4.	Ministério Público	139
6.5.	Conselho Penitenciário.....	141
6.6.	Departamentos Penitenciários	143
6.6.1.	Departamento Penitenciário Nacional.....	143
6.6.2.	Departamento Penitenciário Local.....	145
6.6.3.	Direção e Pessoal dos Estabelecimentos Penais	145
6.7.	Patronato.....	146
6.8.	Conselho da Comunidade	148
6.9.	Defensoria Pública	149
7.	DIREITOS E DEVERES NA EXECUÇÃO PENAL	153
7.1.	Considerações gerais.....	153
7.2.	Dos direitos do condenado	155
7.2.1.	Dos Direitos de Assistência	157
7.2.1.1.	Assistência material.....	157
7.2.1.2.	Assistência à saúde	158
7.2.1.3.	Assistência jurídica.....	160
7.2.1.4.	Assistência educacional.....	161
7.2.1.5.	Assistência social.....	164
7.2.1.6.	Assistência religiosa	165
7.2.1.7.	Conceito e assistência ao egresso	166
7.2.2.	Direito ao trabalho	167
7.2.2.1.	Trabalho interno.....	169
7.2.2.2.	Trabalho externo	171
7.2.2.3.	Direito à previdência social e auxílio-reclusão	173
7.2.3.	Direito à integridade moral: identidade e privacidade	174
7.2.4.	Direito à visita	175
7.2.5.	Direito ao contato com mundo exterior.....	177
7.3.	Dos deveres do condenado.....	179
7.3.1.	Da disciplina na execução penal	182
7.3.2.	Faltas disciplinares	183
7.3.2.1.	Faltas graves.....	185
7.3.2.2.	Faltas médias e leves	187
7.3.2.3.	Prescrição das faltas disciplinares.....	189
7.3.3.	Sanções e recompensas	190
7.3.3.1.	Modalidades de recompensas.....	191

7.3.3.2.	Modalidades e aplicação de sanções	192
7.3.3.2.1.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	194
7.3.3.3.	Procedimento disciplinar	197
7.3.3.4.	Homologação judicial e consequências da decisão administrativa	198
8.	PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	201
8.1.	Considerações gerais.....	201
8.2.	Estabelecimentos penais	204
8.2.1.	Separação dos condenados e presos provisórios	205
8.2.2.	Penitenciária	206
8.2.3.	Colônia penal agrícola, industrial ou similar	209
8.2.4.	Casa do albergado	210
8.2.5.	Cadeia pública	212
8.3.	Regimes do sistema progressivo.....	212
8.3.1.	Regime fechado.....	214
8.3.2.	Regime semiaberto.....	214
8.3.3.	Regime aberto	215
8.4.	Dinâmica do sistema progressivo	216
8.4.1.	Guia de recolhimento	218
8.4.2.	CrITÉRIOS de progressão e regressão de regime	219
8.4.2.1.	Unificação de penas e regressão de regime	221
8.4.3.	Detração da pena	223
8.4.4.	Remição da pena.....	224
8.4.4.1.	Remição pelo trabalho.....	226
8.4.4.2.	Remição pelo estudo	228
8.4.4.3.	Declaração e perda dos dias remidos.....	229
8.4.5.	Autorizações de saída	230
8.4.5.1.	Permissão de saída	231
8.4.5.2.	Saída temporária.....	232
8.4.6.	Prisão domiciliar.....	236
8.4.7.	Monitoração eletrônica.....	236
8.5.	Livramento condicional.....	238
8.5.1.	Requisitos do livramento condicional	239
8.5.1.1.	Cumprimento de um terço da pena para o condenado não reincidente.....	239
8.5.1.2.	Cumprimento de metade da pena para o condenado reincidente em crime doloso	240
8.5.1.3.	Requisitos subjetivos.....	241
8.5.1.4.	Reparação do dano causado pela infração	242
8.5.1.5.	Cumprimento de mais de dois terços da pena em crimes hediondos, equiparados e tráfico de pessoas ...	243

8.5.1.6.	Requisito adicional nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.....	244
8.5.2.	Soma de penas e livramento condicional.....	245
8.5.3.	Condições do livramento.....	246
8.5.4.	Formalidades de concessão do livramento condicional.....	246
8.5.5.	Revogação do livramento condicional.....	248
8.5.6.	Extinção da pena pelo término do período de prova.....	251
8.6.	Suspensão condicional da pena.....	251
8.6.1.	Cabimento e requisitos do <i>sursis</i>	252
8.6.2.	Execução e fiscalização do <i>sursis</i>	253
8.6.3.	<i>Sursis</i> : revogação, prorrogação e extinção da pena privativa de liberdade.....	254
9.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	255
9.1.	Considerações gerais.....	255
9.2.	Classificações e critérios de substituição.....	256
9.3.	As penas restritivas na lei de execução penal.....	257
9.3.1.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas... ..	259
9.3.2.	Limitação de fim de semana.....	260
9.3.3.	Interdição temporária de direitos.....	261
9.3.4.	Prestação pecuniária e perda de bens e valores.....	262
9.4.	Dos incidentes de execução: das conversões.....	265
9.4.1.	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	265
9.4.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	266
10.	PENA DE MULTA.....	269
10.1.	Considerações gerais.....	269
10.2.	Sistemas e critérios de fixação da pena de multa.....	270
10.3.	As espécies de multa cominadas.....	273
10.4.	Execução da pena de multa.....	275
10.5.	Os efeitos da recusa ao pagamento.....	279
11.	MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	281
11.1.	Considerações gerais.....	281
11.2.	As medidas de segurança na legislação brasileira.....	286
11.3.	O sistema de medidas de segurança.....	290
11.3.1.	Hipóteses de aplicação das medidas de segurança.....	293
11.3.2.	Conversão da pena em medida de segurança: incidente de execução.....	294

11.3.3. Espécies de medidas de segurança e tipos de estabelecimentos ..	296
11.3.4. Prazo das medidas de segurança	298
11.4. Execução das medidas de segurança	300
11.4.1. Cessação da periculosidade	300
11.4.2. Da extinção de punibilidade	302
11.4.3. Da desinternação ou liberação condicional	303
11.4.4. Possibilidade de internação durante tratamento ambulatorial....	304
11.4.5. A medida de segurança e o semi-imputável	304
11.4.6. Direitos do internado	305
12. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE E EXECUÇÃO PENAL	307
12.1. Considerações gerais	307
12.2. Da anistia	310
12.2.1. Classificações	311
12.2.2. Procedimento da anistia	312
12.3. Do indulto e da graça	313
12.4. Do indulto coletivo e da comutação	317
12.4.1. Indulto condicional	320
12.4.2. Do procedimento de elaboração e aplicação do indulto coletivo...	322
12.5. Da graça ou do indulto individual	324
13. REABILITAÇÃO CRIMINAL	327
13.1. Considerações gerais	327
13.2. Conceito e efeitos	328
13.3. A reabilitação e o art. 202 da Lei de Execução Penal	329
13.4. Requisitos do pedido de reabilitação	331
13.4.1. Requisito temporal	331
13.4.2. Domicílio no país durante o prazo de reabilitação	331
13.4.3. Bom comportamento	332
13.4.4. Ressarcimento do dano	333
13.5. Indeferimento do pedido de reabilitação	334
13.6. Revogação da reabilitação	334
14. INCIDENTES E PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL	337
14.1. O processo de execução	337
14.2. Incidentes de execução	338
14.2.1. Das modalidades nominadas de incidentes	339
14.2.2. Do excesso ou desvio de execução	340
14.3. Procedimento judicial	341
14.4. Agravo em execução	342
BIBLIOGRAFIA	345